

## Com vocês, o Índice Congresso em Foco: veja como ele pode ser útil



Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Plenário da Câmara dos Deputados em sessão de outubro de 2019

### A ideia em um segundo

No sistema do [presidencialismo de coalizão](#), a quantidade de apoios que o chefe do Poder Executivo consegue mobilizar no Congresso é uma variável central. Analisando esse elemento, pode-se compreender parte relevante da política nacional nos últimos anos. O [Farol Político](#) passa a agregar a divulgação e análises de um novo indicador – o Índice Congresso em Foco, ICF.

### ■ Por que o ICF é necessário

O [Farol Político](#), como um dos produtos da Unidade de Inteligência do [Congresso em Foco](#), tem procurado agregar instrumentos e marcadores que possibilitem uma maior compreensão do processo decisório no Parlamento, bem como acrescentar camadas de previsibilidade ao cenário político nacional.

Nesse percurso, é complementado pelo [Painel do Poder](#), pelos serviços do [Congresso em Foco Premium](#) e pelo [Radar do Congresso](#). Nesta semana, introduzimos um elemento a mais para monitorar o Parlamento, o Índice Congresso em Foco – ou ICF.

O ICF mede o percentual de governabilidade, ou sustentabilidade legislativa, do Poder Executivo, fator importante no regime do [presidencialismo de coalizão](#). São identificadas todas as votações nominais no plenário em que ficou registrada a orientação do governo e medida a quantidade de votos em conformidade com essa orientação.

O índice varia entre 0 e 1, sendo 1 a totalidade de votos conformes à orientação do governo. O índice é calculado por semana, com arredondamento padrão na segunda casa decimal.

A literatura acadêmica em Ciência Política já analisa variações em torno desse tipo de indicador. Vários recortes são adotados, como a eliminação de votações unânimes ou quase unânimes, pela compreensão da ausência do antagonismo político, elemento importante. Também há os que separam votações por tipo de proposição, pois propostas de emenda à Constituição (PECs) e projetos de lei complementar tendem a mobilizar mais votos.

O ICF não faz nenhum recorte, trazendo o dado bruto. Evidentemente, haverá restrições ao seu uso como instrumento de ausculta do futuro. Porém, tal como um índice de inflação, traz uma medida geral, facilmente compreensível e um sinal a ser acompanhado com interesse por quem se interessa pelo processo decisório do sistema político federal.

Que tal indicador se presta à compreensão de momentos da política brasileira procuramos evidenciar na presente edição do [Farol](#), contando *uma história a partir de votos*.

Todos esses são elementos a apontar algo que o Farol Político ressalta sempre (aliás, faz parte da própria razão de ser do Farol): a centralidade do sistema político nacional, na esfera federal.

Em momentos específicos, tal como nos índices de inflação, vamos trazer análises sobre mudanças na trajetória ou nos valores do ICF. Por que a inflação subiu: alimentos? Aluguéis? Enfim, a própria existência do indicador motiva outras análises e compreensões, a partir do sinal emitido. Em um país no qual o sistema decisório político federal tem centralidade, trata-se de um indicador importante.

Com o ICF, o **Farol Político** ganha uma ferramenta a mais para fundamentar suas análises, agregando um indicador de rastreabilidade do comportamento decisório do sistema político nacional.

## ■ Evolução do índice

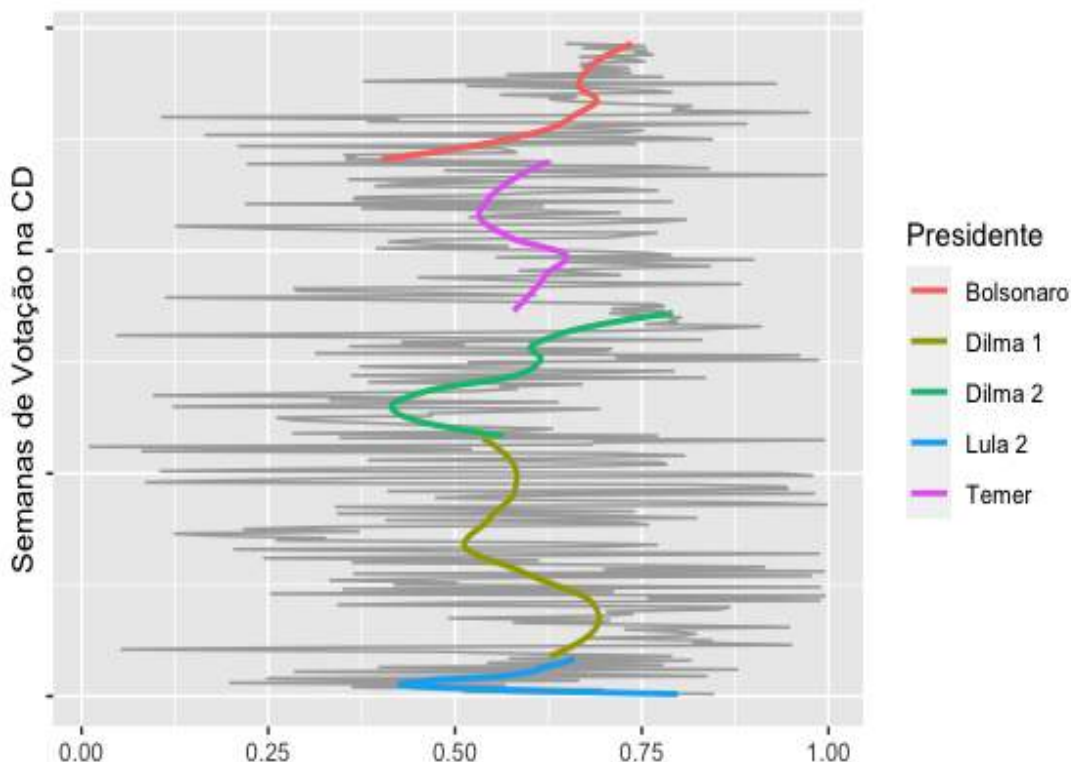
A análise da evolução do índice conta parte da história política do país nos últimos anos.

Considerando a evolução do indicador, verifica-se que em seus dois governos (cerca de cinco anos e meio de mandato) a ex-presidente Dilma Rousseff conviveu nove vezes com o ICF abaixo de 0,2 (na escala de 0 a 10). Isso nunca aconteceu em 2010, quando Lula era presidente.

Com Temer, que presidiu o país por aproximadamente dois anos e meio, o ICF foi inferior a 0,2 por duas vezes – a mesma frequência observada em menos de dois anos de governo Bolsonaro.

Para chegar a esses números, foram computadas 1.724 votações nominais no plenário da Câmara dos Deputados, envolvendo um total de 649.010 votos. Votações nominais são aquelas em que cada parlamentar registra o seu voto individualmente.

### Evolução do Índice Congresso em Foco (ICF) De 1jan2010 a 5set2020



Fonte: Unidade de Inteligência do Congresso em Foco (os números acima tiveram arredondamento padrão na segunda casa decimal).

## ■ ICF x aprovação presidencial

Confrontando a evolução do índice com o nível de aprovação dos presidentes, entende-se parte importante da dinâmica do sistema político brasileiro.

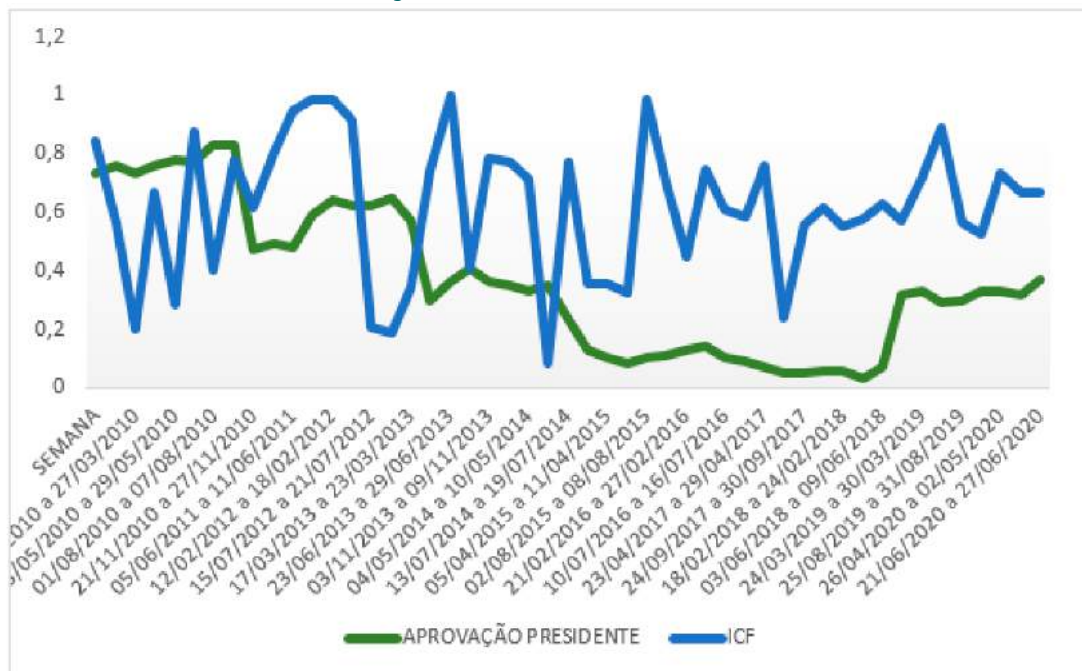
Vejam, por exemplo, o caso de Lula. Em fim de mandato, experimentou aprovação recorde: acima de 80% da população considerava sua gestão ótima ou boa. Naquele ano, porém, não alcançou valores tão altos em termos de desempenho no Parlamento (ICF médio de 0,56 no primeiro semestre e 0,61 no segundo semestre de 2010).

Feitos os testes estatísticos, fica evidenciado que as curvas do Índice Congresso em Foco e da aprovação presidencial (considerando as pesquisas divulgadas pelo Datafolha) não são correlacionadas.

Ou seja, o indicador aponta para a preponderância da esfera política, com seus complexos processos internos, sobre a esfera da opinião pública.

O gráfico a seguir deixa isso mais claro.

### Índice Congresso em Foco (ICF) x aprovação presidencial De 1jan2010 a 5set2020



Fonte: Unidade de Inteligência do Congresso em Foco (os números acima tiveram arredondamento padrão na segunda casa decimal). Os dados de aprovação presidencial foram extraídos de pesquisas do Datafolha.

## ■ Lula x Dilma

Dilma assume o primeiro mandato fortalecida no Congresso pela aliança do seu partido, o PT, com o então PMDB e com vários outros partidos menores de centro e de direita. Isso lhe garante de largada um ICF superior ao de Lula em fins de mandato (média de 0,66 no primeiro semestre e 0,69 no segundo semestre de 2011), apesar de sua aprovação popular ser sensivelmente menor que a de Lula.

Entre abril de 2012 e dezembro de 2012, o ICF de Dilma decresce, tendo como contrapartida um aumento de sua aprovação popular. Relembremos: Dilma fez no primeiro semestre, segundo a mídia, uma “faxina” nos ministérios, dispensando autoridades envolvidas em corrupção. Como esperado, o movimento lhe custou apoio congressual, mas se reverteu em maior aprovação popular.

Durante as [“jornadas de junho de 2013”](#) Dilma manteve um alto ICF, enquanto sua aprovação popular entrava em trajetória de queda. Pode-se aqui vislumbrar um comportamento defensivo do sistema político, uma vez que as jornadas, de pauta difusa, manifestavam um sentimento geral antipolítica.

Vivemos em uma democracia representativa na qual o *representativa* importa bem mais do que o *democracia*, por assim dizer. Quando as ruas apareceram, o sistema se defendeu e ao fim e ao cabo quem pagou o preço (com o impeachment) foi a mandante do Executivo na ocasião.

## ■ Temer x Bolsonaro

No cenário pós-Temer verifica-se claramente a dissociação entre o sistema político federal (congressual) e a aprovação popular do governante.

Temer ingressa com aprovação popular baixa, que assim permanecerá ao longo de todo o seu mandato. Mas alcança expressivos valores de ICF. Sofre queda forte na esteira do Joesley Day, entre maio e julho de 2017, porém sua recuperação é em V, para usar uma expressão corrente.

Bolsonaro assume com ICF pouco acima da metade (0,51 para o primeiro semestre de 2019), quando ainda se afirmava um governo sem concessões para o [presidencialismo de coalizão](#). Entre agosto e dezembro de 2019, o índice cai.

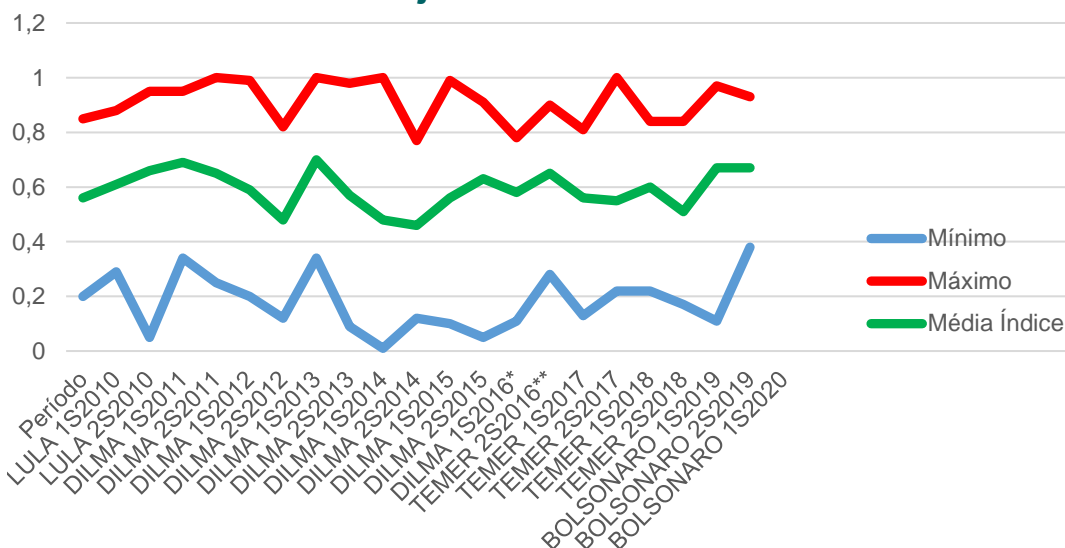
Sua plataforma anti-política tradicional atingia o auge, com episódios como o rompimento com o seu partido (o PSL), o ataque às hienas (STF, OAB etc.), as palavras do deputado [Eduardo Bolsonaro em favor do AI-5](#) e a participação do presidente em diversas manifestações antissistema.

Em 2020, o ICF de Bolsonaro sobe, o que encontra explicação em seu movimento de aproximação com o Centrão e com o jeito brasileiro de governabilidade tradicional.

No primeiro semestre deste ano, seu ICF médio foi de 0,67, o terceiro maior índice da série histórica (Dilma teve 0,69 no segundo semestre de 2011 e 0,7 no segundo semestre de 2013).

Veja no gráfico como evoluíram as curvas mínima (em azul), máxima (em vermelho) e a média do ICF nos últimos dez a nos.

### Picos, média e “vales” na evolução do ICF De 1jan2010 a 5set2020



Fonte: Unidade de Inteligência do Congresso em Foco.

## ■ Média de votos

Embora o índice seja calculado percentualmente por votação (considerando o total de votantes em cada votação), é possível também verificar-se uma média de votos no Parlamento dividindo a quantidade de votos registrados conforme a orientação do governo pelo número de votações realizadas.

No último ano do governo Lula, essas médias estiveram em 187 e 184 votos no primeiro e no segundo semestre, respectivamente.

No seu ápice, Dilma mobilizou, em média, 267 votos.

Já Temer, no seu melhor momento, o primeiro semestre de 2017, mobilizou em média 241 votos.

Bolsonaro, pós-casamento com o Centrão, mobilizou em média 276 votos, no primeiro semestre de 2020. Algo que nenhum dos seus antecessores conseguiu nos últimos dez anos.

## ■ Termômetro

### Na chapa quente



Confirmando um risco apontado aqui há várias semanas, a **inflação** volta a produzir más notícias. A prévia do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) para outubro registrou alta de 0,94%. É o maior índice para o mês de outubro desde 1995. O aumento do custo de vida é puxado por alimentos e bebidas. Maiores altas: óleo de soja (22%), arroz (18,5%) e tomate (14%). Trata-se de problema eminentemente econômico, mas com potenciais efeitos políticos. A coincidência entre o fim do auxílio emergencial e a elevação de preços básicos afetará duramente as condições de vida e o humor dos mais pobres, exatamente a faixa da sociedade em que a popularidade do presidente da República mais cresceu neste ano.

### Na geladeira



As **vacinas** contra a covid-19 vão demorar mais para estar à disposição dos brasileiros. Não bastasse o anúncio de que sua aplicação será facultativa, Bolsonaro decidiu vetar acordo do Ministério da Saúde com o governo paulista para produzir 46 milhões de doses da CoronaVac, fabricada pelo Instituto Butantan e pela empresa chinesa Sinovac. Atendeu a um apelo, expresso nas redes sociais por seus seguidores mais radicais, que remete a um misto de xenofobia, ranço de guerra fria (contra a “China comunista”), jogo político (contrapondo-se a Doria) e profunda irresponsabilidade. Bandeiras ideológicas e partidárias substituem a atenção com uma pandemia que já matou, segundo os dados oficiais, mais de 156 mil pessoas no país.

**Escreva para o email**

**[congressoemfoco@congressoemfoco.com.br](mailto:congressoemfoco@congressoemfoco.com.br)**

**e adquira o relatório completo da nova edição do  
nova edição do Painel do Poder.**



## GOVERNO

### Bolsonaro desautoriza ministro e abre crise por causa de vacina

Foto: Filippo Bacchi/Stock



Desenvolvimento de vacina esbarra em briga política

O presidente [Jair Bolsonaro](#) desautorizou, na quarta-feira, o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, ao anunciar que não comprará a vacina CoronaVac, desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac Biotech, em parceria com o Instituto Butantan, em São Paulo. Os estudos para essa vacina estão em fase avançada, na terceira e última etapa de testes clínicos.

Pazuello havia dito, na véspera, durante reunião com governadores, de que o Executivo liberaria recursos para a vacina chinesa.

Além da origem chinesa da vacina, outro motivo irritou o presidente: a aproximação de Pazuello com o governador paulista, [João Dória \(PSDB\)](#). Pelo acordo anunciado pelo ministro da Saúde, o governo federal compraria 46 milhões de doses da CoronaVac no fim do ano e outro lote de 100 milhões de doses em 2021.

Diagnosticado com covid-19, o ministro recebeu na quinta-feira a visita do presidente. Nenhum dos dois usava máscara, o que contraria as recomendações de infectologistas. No encontro, Bolsonaro e Pazuello posaram para fotos, [em tentativa de minimizar as divergências](#).



"É comum acontecer isto aqui, é um choque. Não teve problema nenhum", afirmou o presidente. "É simples assim, um manda e o outro obedece", resumiu Pazuello.

## ■ Salles e bolsonaristas declaram guerra ao ministro Ramos

O ministro do Meio Ambiente, [Ricardo Salles](#), usou o Twitter para [atacar o chefe da Secretaria de Governo](#), o general Luiz Eduardo Ramos, explicitando uma vez mais a disputa interna no Planalto entre a chamada "ala ideológica" e o núcleo militar.

Irritado com a publicação de uma nota pelo jornal *O Globo*, Salles disse que o colega, responsável pela articulação política do governo com o Congresso, age como "#mariafofoqueira. A hashtag lançada por Salles abriu caminho para ataques de bolsonaristas ao general nas redes.

O ministro se referia ao texto intitulado "Salles estica a corda com a ala militar do governo e testa blindagem de Bolsonaro", que, na avaliação dele, teve o general como fonte.

Por trás da discussão, estava o anúncio de Salles de que, por falta de verba, brigadistas deixariam de combater incêndios na Amazônia e no Pantanal, no que foi desautorizado pelo vice-presidente Hamilton Mourão. Nesta sexta-feira (23), o [Ibama](#) determinou o [retorno de todas as suas brigadas](#) de incêndio florestal para as respectivas operações em campo.

## ■ Governo envia ao Congresso marco para startups

O projeto de lei complementar (PLP 249/2020) encaminhado pelo governo ao Congresso nesta terça-feira (20) permite, pela primeira vez, que [startups participem de processos licitatórios](#) de entes públicos. O texto prevê que a administração pública poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou em consórcio, para o teste de soluções inovadoras.

## ■ **Bolsonaro fecha sete embaixadas brasileiras**

O presidente [Jair Bolsonaro](#) anunciou na manhã desta sexta-feira (23) o [fechamento de sete embaixadas brasileiras](#).

Duas delas estão na África, em Serra Leoa (na cidade de Freetown) e na Libéria (Monróvia). As restantes estão no Caribe Granada (Saint Georges); Dominica (Roseau); São Cristóvão e Névis (Basseterre), São Vicente e Granadinas (Kingstown) e Antigua e Barbuda (Saint John).

## ■ **Sancionada lei para saque de abono e FGTS via poupança social digital**

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, sem vetos, a [Lei 14.075/2020](#), que amplia o uso da [poupança social digital](#) para recebimento de benefícios sociais do governo federal, entre eles o abono salarial anual e os saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A poupança social digital poderá receber depósitos de todos os benefícios sociais pagos pela União, caso do FGTS, além de pagamentos de estados e municípios, exceto os de natureza previdenciária, como aposentadoria e auxílio-doença.

## ECONOMIA

### ■ **Prévia da inflação de outubro aponta maior alta para o mês desde 1995**

A prévia do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) registrou alta de 0,94% no mês de outubro. O índice, que atua como uma prévia da [inflação](#) no país, registrou a [maior alta para o mês de outubro](#) em 25 anos e já acumula alta de 2,31% desde janeiro e 3,42% nos últimos 12 meses.

A alta do IPCA foi puxada por alimentos e bebidas, que tiveram variação de 2,24% no período – ante 1,48% registrado em setembro.

## ■ Brasil fecha pacote com os EUA de olho em “amplo acordo comercial”



Bolsonaro em ato no Itamaraty que selou acordos com EUA

Os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram na última segunda-feira (19) [três acordos bilaterais](#) que preveem a abolição de algumas barreiras não-tarifárias, a simplificação de procedimentos burocráticos, a adoção de boas práticas regulatórias e de medidas anticorrupção. O pacote havia sido anunciado pelo presidente [Jair Bolsonaro durante discurso](#) em evento organizado pela Câmara de Comércio Brasil-EUA.

Na ocasião, Bolsonaro pediu novamente apoio dos Estados Unidos para a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em nota conjunta, o Itamaraty e o Ministério da Economia informaram que a intenção é que o pacote forme a base de um amplo acordo comercial a ser futuramente negociado entre as duas maiores economias do continente.

## ■ Governo revoga quase 50 normas trabalhistas

O governo federal anunciou na quinta-feira (22) a [revogação de quase 50 normas trabalhistas](#) avaliadas como "inúteis" pelo ministério da Economia. Também foi apresentada uma nova norma regulamentadora para o agronegócio e a simplificação do preenchimento do sistema [eSocial](#) para empregadores.

A medida integra o pacote "Descomplica Trabalhista", do ministro da Economia, [Paulo Guedes](#), que busca desburocratizar as relações entre funcionários e empregadores e gerar empregos.

## ■ Definidas normas para cessão de imóveis da União

O [Ministério da Economia](#) publicou no *Diário Oficial da União* (DOU) desta sexta-feira (23) instrução normativa que disciplina os procedimentos administrativos para a [cessão de uso de imóveis da União](#).

O texto passa a prever que a [União](#) pode ceder, de maneira onerosa ou gratuita, áreas de sua propriedade a pessoas físicas, jurídicas, municípios, estados e o Distrito Federal.

## LEGISLATIVO

### ■ Senado confirma Kassio Nunes como ministro do Supremo

A nomeação de [Kassio Nunes Marques](#) para o Supremo Tribunal Federal (STF) foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União* de quinta-feira (22). O nome do desembargador foi [aprovado na quarta-feira](#) pelo Plenário do Senado, por 57 votos a favor e 10 contrários, após cerca de dez horas de sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A data da posse foi [definida para o dia 5 de novembro](#), em uma solenidade "estritamente virtual". Kassio assume a cadeira de [Celso de Mello](#), que se aposentou no último dia 13.

Durante dez horas de sabatina, Kassio foi perguntado pelos senadores sobre questões que terão relação com o posto de ministro do Supremo, tais como Lava Jato, foro privilegiado, prisão após condenação em segunda instância e aborto.

### ■ Senado aprova indicação de Jorge Oliveira para o TCU

O Plenário do Senado confirmou, por 53 votos a sete, a indicação do atual chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, [Jorge Oliveira](#), para o cargo de [ministro do Tribunal de Contas da União](#) (TCU). Ele foi sabatinado pelos senadores na terça-feira (21) por mais de três horas.

Jorge vai assumir a vaga do ministro [José Múcio Monteiro](#), que se aposentará na virada do ano.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência não escondeu a amizade que tem com o presidente, mas afirmou que não será um “advogado” no tribunal.

## ■ Senado aprova primeiro conselho diretor da ANPD

Em sessão semipresencial, o Plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (20) o primeiro [conselho diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados](#) (ANPD), criada recentemente para regulamentar a [Lei Geral de Proteção de Dados](#) (LGPD) no Brasil. Apesar de não ser formalmente uma agência reguladora, a indicação da diretoria da autoridade seguiu o rito de uma autarquia. Dos cinco membros indicados pelo presidente [Jair Bolsonaro](#) para a agência, três são militares.

Os senadores aprovaram cerca de [20 indicações para diretorias de agências](#) reguladoras.

## ■ Chico Rodrigues se afasta do mandato e filho assume

O senador [Chico Rodrigues](#) (DEM-RR) pediu afastamento do mandato. Alvo de operação da Polícia Federal e flagrado com R\$ 33 mil na cueca, ele foi pressionado a se licenciar para não ser afastado do cargo pelo Supremo Tribunal Federal. Chico se licenciou pelo [período para 121 dias](#). De acordo com as regras do Senado, o suplente só pode assumir a vaga caso esse período seja superior a 120 dias. Com isso, assume o seu primeiro suplente, seu filho Pedro Rodrigues (DEM-RR).

## ■ Arolde de Oliveira morre em decorrência da covid-19

O senador [Arolde de Oliveira](#) (PSD-RJ), de 83 anos, morreu na noite de quarta-feira (21) [vítima de covid-19](#), segundo mensagem publicada em seu Twitter pela assessoria. O texto informa que ele teve falência dos órgãos. [Ele estava internado](#) desde 4 de outubro.

O senador era próximo ao presidente [Jair Bolsonaro](#), de quem foi colega na Câmara por quase três décadas. Assumirá o mandato o advogado [Carlos Francisco Portinho](#), também do PSD. Ele foi secretário municipal de Habitação da capital fluminense, na gestão de Eduardo Paes, e secretário estadual de Meio Ambiente, no governo Luiz Fernando Pezão

## ■ Davi empurra instalação da Comissão de Orçamento para setembro

Ainda sem acordo, a instalação da Comissão de Orçamento foi adiada para novembro. O presidente do Senado, [Davi Alcolumbre](#) (DEM-AP), costura acordo para que a definição da presidência do colegiado ocorra na primeira semana do próximo mês.

“Comissão Mista de Orçamento só funciona por acordo”, afirmou. [Porém há uma disputa na Câmara](#) entre o Centrão e o grupo do presidente da Câmara pelo comando da comissão.

## JUDICIÁRIO

## ■ Alexandre de Moraes é o novo relator de inquérito contra Bolsonaro

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) [Alexandre de Moraes](#) é o novo relator do Inquérito 4831, que investiga se houve [interferência de Jair Bolsonaro](#) na Polícia Federal. A redistribuição acontece após [determinação do presidente da corte](#), Luiz Fux, para impedir que o ministro indicado por [Bolsonaro](#), Kassio Nunes Marques, seja relator do caso, que investiga se houve interferência do presidente na Polícia Federal.

A movimentação aconteceu a pedido dos advogados do ex-ministro Sergio Moro. Após o desembarque do Ministério da Justiça e Segurança Pública em abril, o ex-juiz acusou o presidente de tentar interferir na cúpula da Polícia Federal.

# Expediente

O [Farol Político](#) é uma publicação da empresa Caracol Web Pesquisa e Gerenciamento de Dados Ltda., também responsável pelo [site Congresso em Foco](#).

## PRODUÇÃO DO FAROL POLÍTICO

**André Sathler** – economista, formado pela UFMG, é doutor em Filosofia e mestre em Comunicação Social e em Informática.

**Ricardo de João Braga** – economista e cientista político, tem mestrado pela Universidade de Siegen (Alemanha) e doutorado pela Uerj.

**Sylvio Costa** – jornalista, com passagem por várias redações, é mestre em Comunicações pela Universidade de Westminster (Londres).

## RESUMO DA SEMANA

**Editor-executivo:** Edson Sardinha

**Chefe de redação:** João Frey

**Editora assistente:** Marina Oliveira

**Redação:** Flávia Said, Guilherme Mendes, Íris Lúcia, Larissa Calixto, Lauriberto Pompeu e Marília Sena.

## CONGRESSO EM FOCO

**Fundador:** Sylvio Costa

**Sócio-gerente:** Felipe Aguiar

**Gerente administrativa-financeira:** Carlês Barroso

**Gerente de marketing:** Fernanda Pereira

**Executiva de contas:** Raíssa Sabião

**Design:** Gabriel Cerbino

**Cientista de Dados:** Lucas Vinícius

Para assinar, este produto, clique [clique aqui](#).

Compartilhe suas dúvidas, sugestões e críticas pelo email [congressoemfoco@congressoemfoco.com.br](mailto:congressoemfoco@congressoemfoco.com.br) ou por WhatsApp – (61) 98249 6222 /99128 2138.

[www.congressoemfoco.com.br](http://www.congressoemfoco.com.br)

Único veículo jornalístico brasileiro premiado em 2019 no



## Assine os produtos exclusivos do Congresso em Foco

Principal *site* especializado em política do país, o **Congresso em Foco** possui uma equipe de excelência, com formação multidisciplinar, que também oferece os seguintes serviços a assinantes:

Por meio de flashes por celular, antecipa informações estratégicas, envia íntegras ou agendas, seleciona o que é mais importante para o assinante e permite total interação entre o cliente e a equipe de produção.



Enviado por email ou celular às sextas-feiras, traz análises profundas, equilibradas e absolutamente imperdíveis do cenário político e econômico, sempre de olho no que foi e no que ainda está por vir.



Pesquisa trimestral com os principais líderes do Congresso, que possibilita compreender suas percepções sobre o presente e o futuro em questões como avaliação de autoridades e de políticas públicas, matérias em tramitação ou grandes temas nacionais. O contratante pode incluir no questionário perguntas exclusivas.



Pesquisa com o conjunto dos deputados e senadores, realizada sob encomenda, propiciando uma visão profunda, original e única do Congresso Nacional, dos congressistas e de como eles encaram assuntos que sejam ou possam vir a ser objeto de proposições legislativas.